



## Senado analisa projeto que abre caminho para privatizar energia

Jonas Pereira/Agência Senado — 12/6/2018



Senadores também podem votar em Plenário projeto que torna receitas médicas válidas em todo o território nacional

Proposta do Executivo faz ajustes em distribuidoras ligadas à Eletrobras para diminuir riscos e aumentar a segurança jurídica e, assim, atrair o interesse de investidores em futura privatização

O Plenário pode votar amanhã projeto que prepara a privatização de distribuidoras de energia elétrica da Região Norte ligadas à Eletrobras. Segundo o governo, autor da proposta, a intenção é resolver pendências jurídicas das empresas para atrair o interesse dos investidores.

Já foram negociadas em leilão do BNDES a Companhia de Eletricidade do Acre, as Centrais Elétricas de Rondônia e a Boa Vista Energia, que atende Roraima. O governo pretende vender também a

Amazonas Energia.

Outra proposta em pauta torna as receitas médicas e odontológicas válidas em todo o território nacional. O objetivo da medida é permitir que o cidadão possa adquirir os medicamentos de que necessita, entre eles os sujeitos a controle especial, onde quer que esteja.

Os senadores podem votar também projeto que destina 10% do dinheiro arrecadado com multas ambientais para arborização urbana, recuperação de áreas degradadas e poda e corte de árvores. **3**

### Reforma da Previdência preocupa debatedores de audiência pública

Convidados de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos concordaram que é necessário mudar as regras da Previdência, mas disseram

estar preocupados por não saber como será a reforma. O senador Paulo Paim disse que dificilmente a reforma será aprovada este ano. **4**

Pedro Franco/Agência Senado



Debatedores se mostraram preocupados com a reforma do novo governo

**Ensino de língua de sinais pode ser obrigatório **3****

**Na TV Senado, Aécio relembra a Constituinte **2****

### Vítima de trabalho infantil pode se tornar aprendiz

Reprodução/Repórter Brasil



O texto dá prioridade para profissionalização de vítimas do trabalho infantil

Projeto que tramita na Comissão de Educação dá prioridade a adolescentes explorados como mão de obra ilegal no preenchimento de vagas oferecidas pelas empresas a jovens aprendizes.

O relator, senador Pedro Chaves, quer que a porcentagem de vagas destinadas aos jovens seja fixada em regulamento posterior. **2**

### Má gestão de fundo de pensão pode virar crime

A Comissão de Constituição e Justiça pode votar projeto que pune desvios na administração de planos de previdência privada e fundos de pensão públicos. **3**

### Sessão solene vai celebrar 30 anos do Sindilegis

Sessão solene do Congresso comemora hoje os 30 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União. **2**

### Casamento de menor de 16 deve ser vetado

Proposta que proíbe em qualquer situação o casamento de menor de 16 anos já pode ir ao Plenário. Texto já passou pela CCJ e tem pedido de urgência. **3**



[www.congressonacional.leg.br](http://www.congressonacional.leg.br)

**Duas Casas. O mesmo endereço.**

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



# Vítima de trabalho infantil poderá aprender profissão

Projeto que tramita na Comissão de Educação garante prioridade a adolescentes explorados como mão de obra ilegal no preenchimento de vagas de jovens aprendizes oferecidas por empresas

ESTÁ NA PAUTA da reunião de amanhã da Comissão de Educação (CE) projeto que garante a adolescentes em situação de trabalho infantil a prioridade no preenchimento de vagas de jovens aprendizes oferecidas pelas empresas.

O texto que pode ser votado na comissão é um substitutivo do relator, senador Pedro Chaves (PRB-MS) ao PLS

241/2014, da ex-senadora Ana Rita.

A proposta previa alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que 50% das vagas para jovens aprendizes obrigatórias em empresas sejam reservadas para menores de 18 anos em situação ou em risco de trabalho infantil.

Chaves excluiu essa porcen-

tagem e sugeriu que o número seja fixado em regulamento posterior.

A pauta do colegiado conta com 18 itens no total. Entre eles, estão um projeto que inscreve o nome de Ayrton Senna no *Livro dos Heróis da Pátria* (PLS 31/2016) e uma proposta que institui 13 de março como Dia da Batalha do Jenipapo (PLS 94/2011).



Aécio fala sobre a morte de Tancredo e a conquista do voto aos 16 anos

## Série Testemunha da História traz relato de Aécio Neves

A TV Senado exibiu na sexta-feira, no último bloco do programa *Senado Notícias — Revista*, o episódio de *Testemunha da História* com Aécio Neves (PSDB-MG). O programa está disponível no canal da emissora no YouTube.

O senador relembra o processo de reabertura política no Brasil, a trágica morte de seu avô, Tancredo Neves, pouco antes de assumir a Presidência da República e a grande conquista do voto aos 16 anos na Assembleia Nacional Constituinte.

Se os primeiros programas trouxeram o olhar da im-

prensa sobre a assembleia, agora é a vez de quem esteve à frente de decisões e reviravoltas políticas contar o que presenciou nos corredores, Plenário, comissões ou no cafezinho do Congresso.

Cada programa é narrado por alguém que presenciou fatos marcantes do momento. Os próximos episódios serão com os deputados constituintes Rose de Freitas, Paulo Paim, Lídice da Mata e Benedita da Silva e o senador constituinte Edison Lobão.

Assista ao episódio no YouTube: <http://bit.ly/AecioTestemunha>



A porcentagem de vagas destinadas a vítimas de trabalho infantil deve ser definida em regulamentação posterior

## Sessão solene comemora 30 anos do Sindilegis

O aniversário de 30 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) será celebrado em sessão solene do Congresso Nacional hoje, às 11h, no Plenário do Senado. O sindicato foi fundado em 6 de outubro de 1988, um dia após a promulgação da Constituição de 88.

A solenidade tem a intenção de homenagear os servidores do Senado, da Câmara e do TCU pelos serviços prestados ao país. O evento ocorre no mês em que se celebra o Dia do Servidor Público, comemorado

no dia 28 (Decreto Lei 1.713, de 1939).

Deverão comparecer à sessão o ministro do TCU Augusto Nardes e o presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão. Também é esperada a presença dos senadores Hélio José (Pros-DF) e Paulo Paim (PT-RS) e dos deputados Rôney Nemer (PP-DF) e Erika Kokay (PT DF).

A solenidade terá a apresentação dos Corais do Senado, da Câmara e do TCU, que cantarão o Hino Nacional.

No Senado, as comemorações em homenagem ao mês

do servidor foram divididas em oito iniciativas, entre elas palestras e atividades para filhos dos funcionários. No dia 31, será realizada outra apresentação dos corais dos servidores, às 17h30, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Entre os mais de 11 mil filiados do Sindilegis, estão integrantes das secretarias regionais de Controle Externo do Tribunal da União nos estados. Ao longo de sua história, o sindicato se destacou por mobilizações em prol de melhores condições de trabalho do servidor do Poder Legislativo.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- |  |   |
|--|---|
| <p><b>SEG</b></p> <p><b>CDH</b> <b>Universidades comunitárias</b><br/>9h Audiência para debater políticas públicas para universidades comunitárias.</p> <p><b>CONGRESSO</b> <b>Sessão solene</b><br/>11h Comemoração dos 30 anos do Sindilegis.</p> <p><b>CI</b> <b>Indicações para a ANM</b><br/>9h Na pauta de 11 itens, análise de nomes indicados para a direção da Agência Nacional de Mineração.</p> | <p><b>CAE</b> <b>Tosa e banho</b><br/>10h Entre 14 itens, o PLC 128/2017, sobre serviços em cães e gatos.</p> <p><b>CE</b> <b>Gratuidade em museus</b><br/>11h30 O PLS 49/2014, sobre gratuidade em museus, é um dos 18 itens.</p> <p><b>PLENÁRIO</b> <b>Sessão deliberativa</b><br/>14h Na pauta, o PLC 77/2018, sobre a privatização de distribuidoras de energia.</p> <p><b>CONGRESSO</b> <b>Sessão conjunta</b><br/>11h Análise de vetos e crédito suplementar.</p> |
|--|---|

Previsão atualizada às 18h de quinta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

- |  |  |
|--|--|
| Confira a íntegra das sessões no <b>Plenário</b> : <a href="http://bit.ly/plenarioOnline">http://bit.ly/plenarioOnline</a> | Confira a íntegra das sessões nas <b>comissões</b> : <a href="http://bit.ly/comissoesOnline">http://bit.ly/comissoesOnline</a> |
|--|--|

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211
  - Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
  - Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
  - TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Privatização de empresas de energia abre pauta

Projeto faz ajustes em seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras na Região Norte com o objetivo de despertar o interesse dos investidores pelas empresas

A PRIVATIZAÇÃO DE distribuidoras de energia elétrica está na pauta de amanhã do Plenário. O projeto de lei da Câmara (PLC) 77/2018 prepara a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras na Região Norte.

De iniciativa do Poder Executivo, o projeto tem o objetivo de despertar o interesse de investidores pelas empresas. Para isso, o governo argumenta que é preciso eliminar “pendências jurídicas”.

Quatro empresas já foram negociadas. A Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Boa Vista Energia, que atende Roraima, foram arrematadas em agosto em leilão promovido pelo BNDES. Em julho, foi vendida a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa).

Além dessas, o governo pretende vender também a Amazonas Energia e a Companhia



Pedro Franco/Agência Senado

Governo já vendeu as distribuidoras do Acre, de Rondônia e de Roraima e pretende negociar a do Amazonas

Energética de Alagoas (Ceal).

Na pauta também está o PLC 188/2015, do deputado Roberto Britto (PP-BA), que determina que 10% do dinheiro arrecadado com multas ambientais seja destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

A proposta também destina para o mesmo fim o montante arrecadado pela cobrança

de taxas de autorização de poda e corte de árvores. Cada órgão ambiental competente estabelecerá os critérios e as normas para a aplicação da verba arrecadada. Se passar, o texto vai para sanção.

## Receita médica

Os senadores devem avaliar ainda o substitutivo elaborado pela Câmara ao PLS 325/2012,

do ex-senador Jayme Campos, que trata da validade da receita médica no território nacional.

Conforme o texto a ser analisado, a receita médica ou odontológica valerá em todo o país, independentemente do estado em que tenha sido emitida.

O objetivo da medida é permitir que o cidadão possa

adquirir os medicamentos de que necessita, entre eles os sujeitos a controle especial, onde quer que esteja. Se passar em Plenário, o projeto vai para sanção presidencial.

## Acordos

Sete projetos de decreto legislativo aguardam análise dos parlamentares. Eles ratificam acordos internacionais firmados pelo Brasil com outros países. O PDS 28/2018, por exemplo, trata de uma negociação sobre serviços aéreos entre Brasil e Holanda com relação a Aruba, território autônomo holandês do Caribe.

Segundo o acordo, um país concede a companhias aéreas do outro privilégios em operações de pouso ou sobrevo. O texto ainda estabelece um controle simplificado para passageiros, bagagens, carga e mala postal em trânsito direto, além da isenção de algumas taxas para bagagem e carga.

## Plenário pode votar projeto que proíbe o casamento para menores de 16 anos

Projeto que proíbe, em qualquer hipótese, o casamento de menores de 16 anos já pode ser incluído na pauta de votações do Plenário. O PLC 56/2018, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguiu com pedido de urgência para a análise dos senadores.

De acordo com o Código Civil, o casamento é permitido após a maioridade civil (18 anos) ou após os 16 anos, com a autorização dos pais. Para menores de 16 anos, o casamento só é admitido em caso de gravidez ou para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, já que ter relações sexuais com menores de 14 anos é crime com pena que vai de 8 a 15 anos de reclusão.

Apesar de o Código Penal não prever mais a extinção da pena com o casamento, a menção a essa situação não

foi revogada no Código Civil. Para a autora do texto, deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), a presença da redação na lei, ainda que sem eficácia, atenta contra a dignidade das crianças. Para ela, a mudança na lei é um avanço. A relatora, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), concorda.

— O projeto atende a um mundo que mudou. Tem que ser encarada a questão das meninas, e por que não dizer dos meninos também, que são obrigados a casamentos que não fazem o menor sentido — disse Marta.

Relatório do Banco Mundial aponta que o número de matrículas de meninas no ensino secundário (parte do ensino fundamental e todo o ensino médio) e o coeficiente de emprego das mulheres são mais altos onde a idade legal para elas se casarem é 18 anos ou mais.

## Língua brasileira de sinais pode se tornar disciplina obrigatória nas escolas públicas

A língua brasileira de sinais (Libras) pode ser incluída como disciplina obrigatória nas escolas públicas do país. A ideia legislativa foi apresentada em março por meio do Portal e-Cidadania e, em menos de quatro meses, recebeu mais de 20 mil apoios de internautas. A proposta foi transformada na Sugestão (SUG) 15/2018 e aguarda relatório na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A relatora é Ana Amélia (PP-RS).

A Libras é um conjunto de gestos usados por deficientes auditivos para a comunicação com outras pessoas, surdas ou não. Quem apresentou a

ideia legislativa foi a pedagoga Marilei Monteiro, de São Paulo. Ela argumenta que a Libras “é a segunda língua oficial brasileira”, já que a Lei 10.436, de 2002, reconhece o sistema “como meio legal de comunicação e expressão” do país.

— Fica evidente a negligência nessa questão, pois o surdo não é alfabetizado em sua primeira língua, a Libras, mas sim em sua segunda, o português. O surdo chega à escola sem saber Libras, tornando praticamente inútil o trabalho do intérprete em sala de aula — afirma Marilei.

Se o parecer for favorável, a sugestão será convertida em projeto e poderá tramitar nas demais comissões.

## Lei do Colarinho Branco deve enquadrar fraude em previdência complementar

Irregularidades cometidas por entidades de previdência complementar poderão ser punidas pela Lei do Colarinho Branco (Lei 7.492, de 1986). Projeto com esse objetivo está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pode ser votado em caráter terminativo. A proposta, do ex-senador José Aníbal, também enquadra criminalmente a facilitação à prática de gestão fraudulenta ou temerária.

Esse conjunto de medidas pune desvios na administração de planos de previdência privada e fundos de pensão públicos e está previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 312/2016. A proposta recebeu parecer favorável com duas emendas do relator, senador Garibaldi Alves (MDB-RN). Se aprovada pela CCJ e não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposição será enviada diretamente à Câmara dos Deputados.

“Os tribunais superiores vêm sinalizando que os fundos de pensão integram, por equiparação, o sistema financeiro nacional. Consequentemente, os eventuais atos de gestão temerária de entidades previdenciárias podem configurar crimes contra a ordem financeira, nos termos da Lei 7.492, de 1986”, observa Garibaldi no parecer.

## Ingerência

Além de definir o crime de facilitação à prática de gestão fraudulenta ou temerária e inseri-lo na Lei do Colarinho Branco, o PLS 312/2016 estipula pena de dois a seis anos de reclusão, mais multa, para quem cometer a ilegalidade. A proposta determina ainda à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

que notifique o Ministério Público caso detecte algum indício de crime no setor. Hoje apenas o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) têm essa obrigação legal.

“Os principais fundos de pensão — Correios (Postalis), Petrobras (Petros), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Banco do Brasil (Previ) — acumularam perdas de R\$ 113,5 bilhões nos últimos cinco anos, conforme relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão. Os trabalhos da comissão mostram que houve má gestão, investimentos em projetos de alto risco, ingerência política e desvios de recursos das entidades. É preciso rigor na punição das pessoas responsáveis por tais crimes”, defende o autor do projeto, o ex-senador José Anibal.

## Servidores

Apesar de reconhecer “inegáveis avanços” no PLS 312/2016, Garibaldi considera necessário promover ajustes no texto. O principal deles foi estender a responsabilização penal a atos de gestão fraudulenta e temerária cometidos no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esse é o regime previdenciário dos servidores públicos efetivos, mantido pela União, estados, Distrito Federal e municípios em suas respectivas esferas.

Nessa perspectiva, responderão por desvios em entidades de previdência complementar pública, como a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), gestores, dirigentes e membros de seus conselhos e órgãos deliberativos; gestores e representantes legais dos entes federativos responsáveis pelo regime e seus prestadores de serviço.

# Reforma da Previdência preocupa debatedores

Convidados de audiência dizem que é preciso mudar as regras da aposentadoria, mas indefinição sobre o que será aprovado gera apreensão

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na quinta-feira, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debateu o futuro da reforma da Previdência. A maioria dos convidados concordou que a reforma é necessária, mas se mostrou preocupada como o novo cenário político a partir de 2019 pode afetá-la.

O vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que conduziu o debate, disse que não acredita na aprovação da reforma ainda este ano. De acordo com o senador, mesmo a reforma mais leve vai afetar bastante os trabalhadores.

— Que venha neste ano ou no ano que vem, nós vamos ter que enfrentar esse debate. Ninguém tem dúvida de que ela virá. Poderá vir mais sectária contra o nosso povo, que vai na linha de privatizar, ou poderá vir mais leve, mas que virá, virá. E a gente sabe que o leve deles é duro — comentou Paim.

Para o representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio José de Carvalho Araújo, a Previdência é talvez mais importante que a área da segurança pública. Segundo ele, a Previdência mantém quase 100 milhões de brasileiros e precisa de ajustes, mas não do modo como está sendo proposto.

— O que a gente não aceita é uma reforma da Previdência que não seja conjuntural, não abarque todas as outras alternativas que existem de equilíbrio fiscal, de controle de gastos públicos, de arrecadação, de controle dos grandes devedores — afirmou.



Vice-presidente da comissão, Paulo Paim (C) conduz o debate e diz não acreditar que a reforma da Previdência seja aprovada ainda neste ano

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Marcos Bulgarelli, o grande patrocinador da reforma da Previdência é o sistema financeiro, que tem o objetivo de transformá-la em privada. Ele criticou a exclusão do sindicato dos debates sobre o tema.

— A gente tem interesse em participar das discussões de uma possível reforma. O único problema é que nós nunca fomos chamados — disse.

## Candidatos

Para o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos, não ficou claro, nas propostas dos candidatos à Presidência da República, como seria feita a reforma da Previdência. Mas, segundo ele, o novo presidente vai ser obrigado a fazer a reforma, porque não há dinheiro para pagar o que já é devido hoje.

— Isso é extremamente grave. E isso vai seguramente jogar água no “moinho” da reforma da Previdência. Qualquer um dos candidatos

que for eleito vai ter condições políticas de aprovar uma reforma da Previdência no próximo ano. Então esta é a questão que está posta: qual é o modelo de reforma da Previdência que nós vamos eleger no próximo período? — questionou.

Ao falar sobre o rombo na Previdência, o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Achilles Frias, explicou que o Ministério Público tem combatido a sonegação e cobrado dos devedores incluídos na Dívida Ativa da União, que já está em R\$ 2 trilhões.

— Nós estamos concentrando os nossos esforços nas cobranças das dívidas superiores a R\$ 1 milhão e mais ainda nos grandes devedores, que são aqueles que devem mais de R\$ 15 milhões ou R\$ 10 milhões. E o resultado nesses últimos anos tem sido crescente. Nós, no trimestre recente, aumentamos em 50% a arrecadação em relação ao ano passado justamente focando nessa cobrança das grandes dívidas — disse.

## Comissão discute políticas públicas para universidades comunitárias

Hoje a Comissão de Direitos Humanos volta a se reunir para uma audiência pública interativa sobre as políticas públicas para as universidades comunitárias. A reunião começa às 9h.

Foram convidados para o debate o coordenador do Fórum das Faculdades Comunitárias, Antonio Roberto Lausmann Ternes, o presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Abruc), João Otávio Junqueira Bastos, a secretária executiva do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), Jaira Maria Alba Puppim, e o deputado estadual Eduardo Loureiro (PDT-RS).

Também devem participar representantes da Rede Sincodal de Educação, do Conselho Federal de Farmácia e de outros conselhos profissionais do Rio Grande do Sul.

De acordo com a Lei 12.881, de 2013, as instituições comunitárias de educação superior (Ices) são organizações da sociedade civil constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com transparência administrativa. A lei as obriga também a aplicar integralmente seus recursos em sua própria manutenção.

Alguns exemplos de Ices são a Universidade de Fortaleza (Unifor), a Faculdade de Olinda (Focca), a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Universidade de Sorocaba (Uniso).

A audiência pública interativa foi requerida pelo vice-presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). A presidente da comissão é a senadora Regina Sousa (PT-PI).

## Para Paim, mexer este ano na aposentadoria é covardia

Paulo Paim (PT-RS) disse na quinta-feira que seria uma covardia com os trabalhadores aprovar neste ano a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer. O projeto, que está na Câmara, prevê, entre outros pontos, que seria necessário contribuir por 49 anos para obter a aposentadoria integral.

Segundo Paim, há notícias de que Michel Temer tentará fazer avançar a proposta após as eleições.

— A média de emprego de um trabalhador é de 9 meses de trabalho em cada 12 meses. Se essa reforma passar, ele vai se aposentar com 84 anos — criticou.

Ele defendeu ainda a revogação da Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, e da reforma trabalhista.

## Hélio José chama campanha de Bolsonaro de fascista

Jair Bolsonaro é o candidato dos milionários, do mercado financeiro, da grande mídia e dos segmentos autoritários e racistas da sociedade brasileira, representando, portanto, uma grande ameaça à maior parte da população, disse Hélio José (Pros-DF).

Para o senador, Bolsonaro e seu grupo político constituem hoje um risco real à sociedade civil livremente organizada, à classe trabalhadora e aos servidores públicos. Ele afirmou que Bolsonaro, caso eleito, “fará um governo pior que o do Temer, cuja tônica será a retirada de todos os direitos trabalhistas e dos servidores”.

— Trata-se claramente de uma candidatura fascista, nazista e antipovo.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Ana Amélia diz que PT muda imagem para eleger Haddad

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Partido dos Trabalhadores está tentando mudar sua imagem perante o eleitorado nos últimos dias com o objetivo de vencer o segundo turno da eleição presidencial. Segundo a senadora, o PT e o candidato Fernando Haddad substituíram a cor vermelha pelas cores verde e amarela no material de campanha para passar uma imagem menos radical. Para ela, no entanto, as mudanças são apenas de discurso.

— O PT hoje se transforma em melancia, verde por fora e vermelho por dentro. Estão tentando vender a imagem de defensores dos interesses nacionais — disse, criticando o que chamou de “incoerência” do partido.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Lira parabeniza Campina Grande pelos 154 anos

Raimundo Lira (PSD-PB) homenageou o município paraibano de Campina Grande, que completou na quinta-feira 154 anos de emancipação política. O senador nasceu em Cajazeiras (PB), mas viveu a maior parte da vida em Campina Grande, município que segundo ele tem se destacado pelo dinamismo da economia e pela educação.

— Hoje Campina Grande é considerada uma referência na pós-graduação, notadamente na área de tecnologia. Exporta alunos para empresas de várias partes do mundo. A cidade também tem aparecido em posições de destaque que a apontam como uma das melhores localidades para desenvolver uma carreira.



Edilson Rodrigues/Agência Senado